

A “DIREITA ENVERGONHADA” E A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL

Odilon Caldeira Neto*

Resumo: O Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), fundado em 1989 e existente até 2006, foi uma das principais organizações políticas de direita radical brasileira surgida no período inicial da chamada “Nova República”. A partir da análise da fundação desta agremiação, este artigo tem por objetivo discutir as implicações do fenômeno que diversos autores denominaram como “direita envergonhada” na fase inicial da sigla, isto é, durante o período de construção da legenda para viabilização da candidatura de Enéas Ferreira Carneiro, principal liderança da agremiação, à Presidência da República.

Palavras-chave: Nova República, Direita Radical, Direita envergonhada.

Abstract: The Reedification of National Order Party (PRONA), founded in 1989 and existed until 2006, was one of the main Brazilian radical right-wing political organizations that emerged in the early period called "New Republic". From the analysis of the foundation of this political party, this article aims to discuss the implications of the phenomenon that many authors have called as "embarrassed/shamefull right" in the initial phase of PRONA and at the first period of the presidential campaign at 1989, in the candidature of Enéas Ferreira Carneiro, their main leadership.

Keywords: New Republic; Radical right-wing, “Embarassed Right”

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Contato: odiloncaldeiraneto@gmail.com.

A transição democrática e a “direita envergonhada”

Entre os anos de 1988 e 1989, a partir da realização de eleições livres e diretas em níveis municipais ao federal, assim como ao longo do processo da Assembleia Nacional Constituinte, teve início a chamada Nova República no Brasil. Passado os longos anos do então mais recente período de exceção e a despeito das diversas rupturas institucionais que marcam o período republicano, acreditava-se ou simplesmente havia o almejar de que a democracia seria não apenas instaurada, mas aprofundada no Brasil.

Após o processo de transição democrática, inicia-se o período de legalidade política, com os devidos impactos na sociedade civil e em relação a seus canais de representação – ao qual, em uma democracia liberal representativa, as organizações partidárias cumprem o propósito de constituir, senão o único instrumento possível, certamente um dos artifícios mais utilizados para a representação da “vontade coletiva” ou de setores da sociedade.

Por transição democrática, compreende-se a definição proposta por Juan Linz e Alfred Stepan (1999), que inclui o grau de completude dos acordos que precedem aos procedimentos políticos dessa transição, a eleição de um governo democrático mediante voto popular livre e direto, assim como a autoridade concedida a esse novo governo, além do reconhecimento e garantia da independência e soberania dos três poderes. Logo, existe o entendimento das legendas partidárias como um dos alicerces para efetividade de determinada prática e expressão democrática.

É nesse sentido inclusive, que Serge Bernstein (2003) estabelece a definição dos partidos políticos enquanto *o lugar onde se opera a mediação política*, cabendo a essas organizações articular, a partir de sua linguagem, seus propósitos e seus problemas, as necessidades e aspirações

mais ou menos nítidas ou confusas de uma determinada sociedade (ou, em alguns casos, estratos específicos). Logo, à medida que a transição democrática brasileira passa a se cumprir, paulatinamente os partidos políticos de diversos matizes têm garantido a sua existência, desde que de acordo com os preceitos constitucionais que regem esse regime democrático.¹

No entanto, entre a dimensão da sociedade quanto aos organismos partidários como instâncias de organização e representação, existe no determinado contexto histórico aqui abalroado, um princípio paradoxal ou contraditório. Afinal, transcorrida a existência institucional de uma ditadura construída a partir de bases civis e militares, e de um regime de exceção que havia subjugado organizações políticas de variadas tendências – e em especial à “esquerda” do espectro político –, aparentemente teria havido uma profunda e repentina modificação. Fosse observada por um ser alienígena, a sociedade brasileira (e, mais ainda, as elites e classes dirigentes) seria possivelmente caracterizada como portadora de uma “vocação democrática”, por assim dizer.

De fato, essa questão não seria fruto de qualquer casualidade histórica. Conforme sugeriu Daniel Aarão Reis (2010), criara-se ao longo da *lenta e gradual* transição, mas também em torno do processo da construção de uma

¹ Essa distinção em torno da legalidade política é importante, tendo em vista que durante o fim da transição democrática aqui analisada, algumas tendências da extrema-direita brasileira almejavam a criação de siglas partidárias, como os integralistas (ou “neointegralistas”) mediante o PAI – Partido de Ação Integralista. No caso da iniciativa integralista, o principal fator para o fracasso dessa alternativa foi a inexistência consensual sobre essa determinada estratégia, além da fraca capacidade de mobilização entre os militantes e os demais interlocutores. Além de um “partido integralista”, um outro exemplo que ilustra a questão foi o Partido Nacional-Socialista Brasileiro (PNSB), posteriormente denominado Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB), idealizado por Armando Zanine Jr., que feria princípios elementares da Constituição, sendo negado seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Sobre essas questões, cf. Caldeira Neto (2011).

constituente tida como “cidadã”, a impressão de um consenso democrático e sobretudo antiautoritário que, em tese, seria a representação dessa própria sociedade. Logo, a condição democrática era o efetivo resultante da grande maioria ou quiçá totalidades dos cidadãos brasileiros, de modo que o apoio civil ao golpe, assim como à continuidade do regime de exceção, seriam espécie de lapsos, fruto de relações conturbadas, inclusive entre civis e militares.

É perceptível que existe nessa perspectiva, indícios da tentativa em minimizar quaisquer evidências das percepções relacionadas à colaboração com o regime de exceção que, em termos institucionais, havia recém-acabado. Dessa maneira, se estabeleceu um processo de silenciamento coletivo (e de uma suposta consensualidade democrática), que incluía não apenas a sociedade civil em torno desse pacto, mas também as elites e classes dirigentes, assim como inclusive alguns setores oposicionistas.

É necessário ressaltar que esse processo decorreu não apenas na dimensão de uma espécie de imaginário coletivo que pairava sobre a sociedade civil, mas teve implicações diretas na ossatura da chamada “Nova República”. Em “The political Right in Postauthoritarian Brazil”, Timothy Power (2000) define essa conjuntura política como uma transição conservadora que resultou em, além da inexistência de implicações legais aos agentes envolvidos no regime de exceção e em suas práticas persecutórias, a permanência dessas elites e seus atores nas altas instâncias do poder, ainda que sob roupagens democráticas.

Para Gabriel O'Donnell (1992), o paradoxo da continuidade em um processo transicional envolveu não apenas as elites políticas, mas também as instituições centrais do regime democrático que então se iniciava. Assim, entre a conservação e a continuidade, havia a coexistência aparentemente harmoniosa (embora contraditória) dessa

conservação junto à percepção de uma sociedade e uma narrativa política democrática e democratizante. É a partir dessa conjuntura da transição brasileira que se insere a questão da “direita envergonhada”.

A princípio, é necessário ponderar que o início da “Nova República” no Brasil coincide com o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Logo, a distinção entre direita(s) e esquerda(s) torna-se menos nítida, seja pela hegemonia de uma forma específica de organização do sistema político e econômico ou mesmo pelo fortalecimento de novas agendas, fossem questões pós-materialistas, ambientais, identitárias, entre outros fatores, tal como pontuado por autores como Anthony Giddens (1996).

Ainda que a partir disso a distinção entre esquerda e direita² não teria mais a dimensão absoluta (se é que de fato em algum momento o teve) como instrumento de inteligibilidade do campo político, a sua existência persiste, seja como princípio heurístico ou mesmo de acordo com o próprio eleitorado brasileiro em relação ao mercado e processo eleitoral, conforme demonstrado por André Singer (2000). Logo, uma das razões para a *persistência* do uso desse princípio de distinção seria a *continuidade* de sua prática.

Ao fim do processo de transição democrática, no momento em que se reorganiza o campo político-institucional, existe um consenso ou, simplesmente, uma narrativa antiautoritária, que transpassava os diversos setores civis, inclusive em seus organismos de representação. A perseguição política, o regime de exceção, a ênfase na

² Ao tratar sobre o princípio de distinção entre esquerda e direita – ou, melhor dizendo, entre esquerdas, direitas e o centro – utiliza-se, aqui, da definição proposta por Steven Lukes (2003) onde a diferenciação esteja situada a partir do princípio de retificação e das práticas igualitaristas derivadas de sua aplicação. Para a abordagem específica, torna-se mais vantajosa em relação a outras definições (p. ex.: Bobbio, 2001), inclusive pela historicidade da expansão da noção de cidadania, justiça e luta pela democracia.

perspectiva hierárquica e de manutenção do *status quo*, seriam traços de um passado distante e, especialmente, atribuídos ao caráter militar do regime, reduzindo o apoio e sustentação civil ao período antecedente. Trata-se, inclusive, de um aspecto de construção de uma memória coletiva, que invariavelmente preconiza, além do lembrar, rememorar e comemorar, o esquecimento e o silenciamento (Pollak, 1989).

Mais que isso, as implicações no tocante ao campo político e de suas instituições é evidente, senão também imediato. Conforme enunciado, se os partidos políticos são tomados como lugares de mediação e que buscam responder aos interesses externos, mas também a objetivos da própria organização, esse procedimento de esquecimento ou uma tentativa de explicação quanto ao próprio passado torna-se uma estratégia de alocação às novas disponibilidades trazidas com a transição democrática. Isto é, não estando desconectados de questões inerentes à sociedade brasileira, estas instituições mediadoras terão que sustentar alguma similaridade, seja por sintonia aos anseios do eleitorado em determinado momento ou como estratégia de silenciamento de um passado recente.

Assim, estar à direita do espectro político nacional deixaria de ser uma condição vantajosa ou mesmo uma evidência inexorável, mas algo a ser negado, esquecido ou simplesmente relativizado. A “direita envergonhada” ou a direita que não se assumia como tal, passa a ser um fenômeno marcante no fim do regime militar e no início da experiência democrática (Souza, 1988).

Indubitavelmente a questão era mais problemática à medida que maior havia sido a colaboração com o período ditatorial. Em relação aos partidos políticos, conforme demonstrou Madeira e Tarouco da Silva (2010), isso ocorreu de modo nítido no Partido da Frente Liberal (PFL), assim como em seu predecessor Partido Democrático Social (PDS),

cujas genealogias remetiam à Aliança Renovadora Nacional, a Arena, instituição partidária de suporte ao regime militar.

Entre 1985 e 1986, ainda que existissem alguns poucos congressistas que se autoafirmavam à direita tal qual Ronaldo Caiado e Amaral Netto (Pierucci, 1987), eles eram espécie de exceções a uma regra velada. Isso pode ser constatado na própria configuração da Assembleia Constituinte, conforme estudo realizado por Leôncio Rodrigues (1987). De acordo com tal levantamento, naquele momento os próprios deputados se reconheciam da seguinte maneira: 5% *esquerda radical*, 52% *centro-esquerda*, 37% ao centro. À *direita*, somente 6% deles, sendo que nenhum dos constituintes situava-se politicamente à *direita radical*.

Dessa maneira, eis o quadro paradoxal – uma transição conservadora, *lenta e gradual*, que não saneou politicamente os quadros e as elites políticas de um regime de exceção e que, malgrado a continuidade desses agentes políticos e de algumas dessas instituições, transformou-se, tal qual grande parte da sociedade brasileira, como eminentemente democrática e antiautoritária. Em outras palavras, por mais contraditório que pudesse ser, aparentemente o Brasil seria um “país sem direita”.

O Prona e a “direita envergonhada”

A partir do momento em que compreende-se esse contexto histórico e suas implicações, existe uma dupla perspectiva. No primeiro plano, que acometeu não somente alguns estratos da sociedade civil mas, sobretudo, atores e organismos políticos que estiveram atrelados de maneira diversa ao regime de exceção, a necessidade determinaria o afastamento da direita política, mesmo que somente em plano da narrativa.

Em contrapartida, se há esse esquecimento não apenas em relação ao regime militar, mas principalmente sobre os

valores e práticas que constituem o arcabouço de tendências autoritárias de direita, define-se uma vaga a ser ocupada. Assim, é possível afirmar que a “direita envergonhada” acaba por contribuir com algumas possibilidades de interação no campo do radicalismo de direita e, mais que isso, abre espaço para que novas organizações partidárias ocupem essa vaga, tal qual viria a ser o caso aqui analisado.

Tomando o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona, 1989-2006) como uma agremiação política de direita radical³, trata-se de analisar o modo como o processo de fundação da sigla coincide com o fenômeno da “direita envergonhada” e principalmente, como a própria agremiação buscou se situar como uma alternativa à direita ao campo político-partidário brasileiro, mesmo em um período pouco vantajoso ou atrativo para tal iniciativa.

Em outras palavras, verificar quais as leituras que essa pequena agremiação fez do contexto histórico e de qual maneira buscaria responder a essas disposições. O termo direita radical atribuído ao Prona poderia, sem dúvida, estar repleto de polissemia. Mas, para fins de definição, remetendo à noção aqui utilizada, é possível localizar traços constituintes que vão além da aceitação, sob críticas, dos princípios de legalidade democrática. Além dessa condição, que poderia simplesmente ser definida pela condição

³ Apesar das particularidades da distinção em relação à radicalidade política do campo da direita tal qual proposta por Michael Minkenberg (2000), isto é, determinada a um contexto essencialmente europeu e relativo às diversas tendências de direita existentes em determinadas sociedades pós-industriais, a direita radical compreende organizações devidamente institucionalizadas, todavia críticas aos limites e definições da democracia liberal. A aceitação das “regras do jogo” determina, portanto, o princípio básico da definição e diferenciação entre *direita radical* e *extrema-direita*. Seria a direita radical uma categoria na qual se encaixam os partidos legalmente existentes em democracias liberais, ao passo que organizações dispostas na marginalidade política (em especial aquelas de evidência neofascista e/ou enunciadamente antidemocráticas) se encaixariam na “condição” de extrema-direita.

embrionária do partido, o Prona trazia o apelo à ordem, à autoridade, as críticas aos modelos neoliberais de organização da economia, assim como a própria sentença expressa na sigla partidária: a retomada de uma ordem presente em algum momento do passado brasileiro.

De fato, o Prona foi, durante o período de existência citado – e em especial após determinadas conquistas eleitorais, tomado como a maior expressão da direita radical brasileira. Ainda que essa disposição não significava necessariamente alguma espécie de *fascistização* da legenda, tal qual difundido e reverberado por diversos setores e meios de comunicação, para além do corpo discursivo e reivindicativo partidário, essa questão em muito se valia à liderança central e aparentemente incontestada do principal idealizador da legenda, o médico cardiologista e, a partir de então, político Enéas Ferreira Carneiro.

Ainda que seja fortuito observar de antemão, e sobretudo para fins historiográficos, a necessidade em ir além dos “heroicos atos” e das principais lideranças políticas de uma época ou organização, a referência contínua à trajetória de vida de Enéas Carneiro foi um elemento marcante do discurso legitimador do Prona, seus afiliados e aliados políticos. Logo, não constitui uma questão derivada de escolhas teóricas ou metodológicas, mas relacionadas ao próprio objeto de determinada pesquisa histórica.

De acordo com a narrativa difundida pelos líderes e militantes, o Prona teria surgido como fruto da iniciativa pessoal de um líder nato, isto é, um partido político fundado para lançar a candidatura de Enéas Carneiro à Presidência da República em 1989. No entanto – e inclusive ressaltando a noção de partidos políticos definida por Berstein (2003), o projeto obteve apoio de diversos colegas e amigos, mais especificamente cento e doze membros fundadores da sigla,

reunidos na capital carioca em 1º de abril de 1989.⁴

Dentre esses fundadores, grande parte deles relacionavam-se com o futuro líder partidário, seja em níveis pessoais e/ou profissionais, assim como a partir de laços de parentesco ou de proximidade de residência (vizinhança). De fato, apenas um dos membros fundadores não residia no estado do Rio de Janeiro (Caldeira Neto, 2016). Contudo, se havia a centralidade de uma liderança partidária incontestada, em contrapartida existiu uma rede de interação entre indivíduos que nutriam afinidades das mais diversas e que, por consequência dessa interação, auxiliaram ao processo de fundação de uma pequena iniciativa política.

Ainda assim, é importante ressaltar que essa multiplicidade de relações caminhavam para, aparentemente, um fim comum. O processo de formação da sigla à antessala do processo eleitoral de 1989, baseava-se na construção e fortalecimento da crença em um virtuosismo político inato a Enéas Ferreira Carneiro, ou melhor, uma virtude que transcenderia à arena política – em suma, a condição capacitadora de um autêntico líder do povo brasileiro.

No entanto, essa condição não seria decorrente de uma construção e formação sob bases políticas e ideológicas estabelecidas senão, de acordo com a narrativa construída, de uma vocação inerente à inteligência do fundador do Prona – e derivada da liderança estabelecida de modo meritocrático desde os anos de infância. Dessa maneira, estruturava-se a ação coletiva em torno de um único e *autêntico* líder, sem que para isso houvesse a necessidade de criação de perspectivas e tendências internas que por ventura assumiriam a função de elevar um indivíduo aleatório à condição de líder.

Conquanto a existência do partido cumpria o aspecto

⁴ Esse montante está relacionado à ata de fundação do Prona. Cf.: Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. Diário Oficial da União, Seção I, 06/04/1989, pp. 5280-5285.

de sua própria historicidade formativa, isto é, centralizada e centrada em Enéas Carneiro, isso definiu um baixo grau de autonomia para a criação de lideranças partidárias estaduais, assim como o processo de desenvolvimento da sigla esteve atrelado somente aos locais de atuação política mais enfática de Carneiro. A saber: Rio de Janeiro, em um primeiro momento e São Paulo, em período posterior. Afinal, o Prona surgia para eleger Enéas Carneiro Presidente da República e seu colega Lenine Madeira, também médico, vice-presidente.

Existe, contudo, um fator que é necessário ressaltar. À medida que as antigas lideranças e agentes políticos envolvidos no regime de exceção recém-findado necessitavam aderir à perspectiva da “direita envergonhada” (evidentemente, essa adesão não era verbalizada ou textualizada), a inexistência de atividades políticas dos fundadores do Prona entre 1964 e 1985 (ou até 1989) acabava por definir certo grau de autonomia da legenda à política institucional.

Não à toa, o Prona viria a compreender aquilo que autores como Cas Mudde (1996) definem como *anti-party party* – ou partido anti-partido, em tradução literal – isto é, legendas que, em alguns casos, não negam a forma de organização partidária (e de fato a utilizam), mas fazem uso concomitante do sentimento e de uma narrativa construída a partir de críticas aos partidos tradicionais e seus métodos de atuação.

Essa dinâmica, que chega a cobrir a diversidade do espectro político em diversas localidades ou contextos históricos, é erigida por variados meios e objetivos, assim como podem ser estágios bem específicos de uma determinada organização, mas, especificamente no caso Prona, desempenhou estratégia política de legitimação e recurso de alocação no mercado eleitoral. De acordo com essa perspectiva e estratégia partidária, a política não teria *feito* Enéas Carneiro e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional, mas ele (e o Prona) teriam criado a perfeição para o trato público e político brasileiro.

Embora em se tratando da então recente “Nova República”, e estando o país prestes à primeira eleição direta para a Presidência após o fim do regime militar, seria circunstancial a criação de uma nova agremiação partidária, politicamente inédita, livre e supostamente sem amarras ou vícios derivados dos mais diversos e possíveis métodos da *novalvelha* política nacional. Assim, somente um *partido anti-partido* viria a ser um autêntico representante dos anseios nacionais.

Estando o Prona distante da genealogia dos demais partidos, seja em termos históricos e factuais ou mesmo a partir construção de sua identidade política e, especialmente, a fim de justificar a sigla como lugar de mediação, haveria a possibilidade de trazer alguns dos preceitos e valores do autoritarismo e do nacionalismo orgânico, sem que para isso houvesse uma vinculação imediata com o regime do pós-1964.

Essa dinâmica é nítida a partir da leitura do manifesto partidário intitulado “O desaparecimento da autoridade”, documento que marca a fundação do Prona e viria a nortear a campanha eleitoral em que Enéas Carneiro ficaria conhecido por enunciar aquele que seria seu principal chavão: “O meu nome é Enéas!”.

O início do manifesto partidário indica essas duas questões, seja a dimensão do *ineditismo político* como fator de diferenciação às demais legendas “tradicionais”, mas também o âmbito do clamor pela retomada de uma ordem de expressão autoritária, sem a necessidade de distanciamento (e tampouco vinculação) às práticas do regime ditatorial.

Nós, brasileiros de todas as partes, de todas as raças, de todos os credos, de todas as classes, insatisfeitos, preocupados e possuídos de absoluta desesperança com o quadro político vigente, cientes de que as organizações políticas atuais não correspondem aos anseios do povo como um todo, decidimos fundar o PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL – PRONA, sem nenhum vínculo com qualquer

organização já existente. (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. Diário Oficial da União, Seção I, 06/04/1989, p. 5286 – grifos do original).

A necessidade de criação do Prona deriva, segundo a retórica da agremiação, a partir da constatação de uma profunda crise em diversas expressões. Por sua vez, essa perspectiva se estrutura a partir de um panorama de desordem, um caos constituído no seguinte tripé: “desordem política, desordem econômico-financeiro e desordem moral”.

Apesar dos aspectos e diversidades desse panorama crítico atingirem razões morais, o epicentro deste processo teria origem a partir do ápice hierárquico de poder governamental. Não seria, portanto, uma crise necessariamente transcendental ao campo político e de seus mecanismos de controle, tampouco de um espírito de época (ao menos naquele momento), mas determinadamente ligado à ausência de autoridade no âmbito do Estado.

Dessa maneira, não seria a crise que afetaria o exercício da autoridade, mas a quase absoluta inexistência do exercício da autoridade que geraria e alimentaria a crise. Por ser um fenômeno tão específico – e visualiza-se sua dinâmica somente à razão do Brasil, a intensificação dessa crise é datada.

Para os membros fundadores do Prona, essa crise teria início uma década antes da fundação da agremiação. O ano de 1979 marca o processo da Anistia política, aquele que é justamente um dos possíveis marcos distintivos para o início do fim da ditadura militar, ou ao menos o processo da efetiva inserção dos civis na vida política e sua decorrente democratização. Para os fundadores do Prona, esse é também o marco da desconstrução da autoridade e da ordem, autoridade que legitimava um governo, e da ordem que alimentaria essa autoridade:

O Brasil vive, em nosso tempo, um momento crucial de sua história como nação, talvez o pior, se a análise for feita em termos de alguns parâmetros, como economia, educação e saúde. Esmagado pela pressão de seus credores internacionais, assolado por crises internas, o país vem mergulhando, na última década, em um processo de indefinição política onde é notória a ausência de autoridade em tudo aquilo que se faz ou se planeja fazer. Da ação centralizadora, das décadas de [19]60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição, chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos. (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5286).

Nota-se, contudo, que havia um evidente cuidado com a forma de anúncio de um certo desprezo pelo estado das coisas, isto é, a constituição democrática nacional. Nesse momento, é possível ponderar que, se a perspectiva da “direita envergonhada” não é um problema de primeira grandeza para a agremiação e seu processo de construção, os seus membros não estão descolados das questões que permeavam a sociedade brasileira naquele momento, assim como o processo de construção de uma memória coletiva.

Se a partir do processo da Lei da Anistia, a sociedade brasileira torna-se potencialmente democrática – e passa a silenciar os aspectos de colaboração para com a construção de um regime autoritário, no ano de 1989 essa construção persiste ou se intensifica. E em se tratando de uma organização política disposta ao jogo democrático, as tensões são evidentes, visto que o papel de mediação dos partidos políticos não busca responder somente aos seus membros e militantes, mas à sociedade que por ventura legitimaria seu poder.

Isso auxilia a esclarecer as razões pelas quais os membros fundadores do Prona compreendessem que o problema fosse não o fim do regime militar, mas uma indefinição política marcada pelo fim da autoridade, que seria

restaurada pela eleição de Enéas Carneiro. De qualquer maneira, o jogo de palavras naquilo que seria uma crítica ao regime militar, é ambíguo e por isso mesmo elucidativo.

Ao discorrer sobre uma “ação centralizadora, das décadas de 60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição”, não são utilizados termos como “ditadura” ou “regime militar”. Além disso, a constatação das práticas de censura e perseguição política não são efetivamente criticadas. Por fim, a ambiguidade reside na efetiva confusão sobre qual era o problema ocorrido durante os anos 1960 e 70 – a ação centralizadora ou a perseguição política?

A sequência da sentença é menos ambígua e mais esclarecedora: “chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos”. À revelia das práticas políticas persecutórias do regime militar, fica implícito que há uma valoração à “ação centralizadora”, isto é, o caráter autoritário do regime militar; logo, os erros residiram nos fins, não nos meios enunciados.

Mais que isso, o problema estaria na perspectiva da transição política, onde se perdera esse ode, do clamor à autoridade e às práticas autoritárias. O país estaria à beira do caos, e somente o Prona teria capacidade de compreender a existência e magnitude de tal problema.

Nesse sentido, o Prona se estabelece, seguindo a definição proposta por Michael Minkenberg (2010), como uma alternativa de direita radical à política nacional, e dessa maneira se apresenta para a disputa eleitoral. A aceitação das “regras do jogo” (Bobbio, 1986) determina, conforme afirmado anteriormente, o princípio básico da definição e distinção.

A perspectiva de propor uma candidatura de direita radical ao planalto nacional passa não somente pela razão do poder investido pelo cargo. Para o Prona, a questão do

desfalecimento do binômio autoridade – ordem na sociedade brasileira seria decorrente da ingerência do poder Executivo para o poder que lhe competiria, e não da inexistência de normativas ou da prática ineficiente do Legislativo.

A profunda destruição da sociedade brasileira seria decorrência de um processo iniciado no ápice do Estado. Ao não exercer a autoridade, o poder público (em especial o Executivo), sistematizaria a reprodução desse procedimento em diversos agrupamentos sociais (escolas, hospitais, empresas, etc.).

Tal dinâmica implicava em um processo que acabaria por aprofundar a luta de classes. Curiosamente, segundo o texto do manifesto político, o Prona compreendia a luta de classes como algo natural na sociedade. Por outro lado, em razão da diversidade de uma crise sistêmica, qualquer procedimento dirigido às classes, independentemente de quais fossem elas, seria plenamente inócuo. Caberia somente ao Prona, quando imbuído de plenos poderes, a reivindicação da autoridade, o pleno exercício dela e a resolução da crise.

Ao descrever a amplitude dessa crise na sociedade brasileira, o discurso do partido novamente evidencia a questão da relação entre política e medicina, nação e organismo humano, patologia e terapia, remetendo mais uma vez à figura de seu principal líder.

A sociedade brasileira está doente. Padece de um quadro de atetose, expressão que traduz, em linguagem médica, uma certa forma de incoordenação motora. Os diversos segmentos da sociedade, desarticulados, debatem-se, em paroxismos espasmódicos, cada um tentando sobreviver ao verdadeiro estado de choque em que se encontra a nação (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5287).

Algumas das propostas para a resolução da crise são tratadas, ainda que brevemente, no manifesto político do Prona. Na área empresarial, seria necessário o

recrudescimento da atividade especulativa, passando às áreas efetivamente produtiva. Sobre os trabalhadores, concebe-se a legalidade constitucional e democrática dos direitos trabalhistas e do direito à greve. No entanto, afirma-se que por mais acertada que fosse a iniciativa grevista, ela acabaria infundada, caso não houvesse um efetivo diálogo com uma direção disposta a resolvê-lo. Seria essa direção, claro, os líderes maiorais do Estado brasileiro.

Sobre a distribuição de renda, afirma-se a imprescindibilidade de um piso salarial condizente com as necessidades de sobrevivência com dignidade. Em relação à dívida externa, enuncia-se a impossibilidade de pagamento em sua totalidade, propondo a sua revisão, no montante e nos moldes de quitação. Para termos e razões tão diversas quanto o acesso à saúde e aos bens básicos de consumo, ou mesmo para a necessidade de reforma agrária, o tom do manifesto é uníssono e mono proposital: somente uma direção política firme seria capaz de propiciar uma resolução definitiva para tais problemas. O mesmo se dá em relação à educação – delinea-se um panorama caótico, advoga-se o caráter urgente de sua resolução, e projeta-se a solução sob uma autoridade estatal idealizada.

Em relação aos problemas da área de saúde, a análise é relativamente mais elaborada. Afirma-se que, devido à inexistência de uma medicina de caráter efetivamente preventivo no Brasil, estrutura-se um processo de recrudescimento de epidemias diversas. Soma-se, então, à ingerência dos aportes públicos nos hospitais e centros de saúde, além da disparidade tecnológica em diversas localidades. No que diz respeito à questão profissional, fica evidente o entendimento da centralidade quase absoluta dos médicos (excetua-se a descrição dos problemas vivenciados por profissionais de categorias afins).

Por outro lado, no que concerne à remuneração profissional, os médicos não constituem uma exceção dentro do quadro geral de trabalhadores do país. Muito ao contrário, chega a ser aviltante a condição salarial a que foram guindados profissionais que detêm, no mínimo, 18 anos de vida escolar, isso sem levar em conta o investimento extraordinário que é feito nos tratados de Medicina, que são, indiscutivelmente, os mais caros dentre todos os livros de educação superior no país. [...] O MÉDICO DEVE TER SUA IMAGEM PROFISSIONAL RESTABELECIDNA NA SOCIEDADE. NELA, CADA CIDADÃO DELE DEPENDE DESDE O SEU NASCIMENTO ATÉ O MOMENTO EM QUE, AO SE DESPEDIR DO MUNDO, NECESSITA DO SEU ÚLTIMO DOCUMENTO, QUE VEM NECESSARIAMENTE ASSINADO POR UM MÉDICO – O ATESTADO DE ÓBITO (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5282. – grifo do original)

Embora o Prona não tenha sido fundado integralmente por médicos e diversos profissionais da saúde, sua estruturação se deu em meio ligados à área da saúde. Além disso, a executiva nacional do partido era formada majoritariamente por médicos. Conquanto não fosse um partido político fundado para defender os interesses da classe médica, tal trecho no manifesto do partido pressupõe que as angústias de determinada classe profissional, condizentes ou não com a realidade, haveriam de ser efetivamente manejadas em um possível mandato exercido por Enéas Carneiro e Lenine Madeira.

Ainda assim, o apelo do Prona passa pela conclamação da totalidade e totalização da sociedade brasileira. Seria na condição uníssona dos cidadãos brasileiros, organizados, harmônicos, em concordância e sob uma autoridade constante, em que haveria o processo de restauração da ordem nacional. Caso não houvesse esse pacto – envolvendo os líderes do Prona (desprendidos de atuação profissional em benefício à coletividade nacional), a

população brasileira e os demais estratos de governo, o prognóstico seria desalentador.

Os militares estiveram governando a nação desde 1964 até 1985. Foram duas décadas sobre as quais muito já foi dito e escrito, sendo, hoje, axiomático que não foi um período de felicidade para o povo brasileiro. Mas o poder já foi devolvido às autoridades legalmente constituídas para exercê-lo. E, se elas não o exercem, desta vez, pelo menos, a culpa não é dos militares. É IMPERIOSO, AGORA, QUE O PODER CIVIL SEJA EXERCIDO COM FIRMEZA. A TURBULÊNCIA SOCIAL, FRUTO DA DESORDEM, A ANARQUIA, O CAOS, PODEM LEVAR, EM UM MOMENTO DO FUTURO NÃO MUITO DISTANTE, O PRÓPRIO POVO, ATRAVÉS DE MUITOS DOS SEUS ÓRGÃOS, A PEDIR A AJUDA DOS MILITARES PARA RESTAURAR A ORDEM. (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5282. (grifo do original))

Novamente, a relação para com a ditadura civil-militar brasileira é dúbia e esclarecedora. O passado não se estabelecia como um elemento constituinte dos problemas da sociedade brasileira, de modo a ser efetivamente desnecessário atentar por sobre a conjuntura política a que precede o caos nacional em 1989.

Todavia, ao enunciar que o não exercício da autoridade viria a providenciar uma nova investida militar sob auspício da sociedade civil, fica implícito ou subentendido a compreensão de uma certa legitimidade no regime militar entre 1964 e 1985. Se a sociedade brasileira havia desejado o fim do regime militar, a repetição de uma conjuntura que a antecedeu poderia engendrar a repetição da história. Ao Prona, portanto, compreenderia a finalidade de exercício de uma autoridade que remeteria aos anos de regime militar (ou a um período específico, não delimitado), todavia em moldes democráticos.

Restariam dois caminhos para a restauração da ordem:

o governo do Prona, ou a volta dos militares ao poder. O manifesto se encerra, entre o clamor e ares categóricos, com a seguinte sentença: “O PRONA CONCLAMA TODA A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA A REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL” (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. *Diário Oficial da União*, Seção I, 06/04/1989, p. 5282 – grifo do original).

Considerações

O processo eleitoral de 1989 marcaria o retorno das eleições livres e diretas no Brasil. Sendo assim, era natural que houvesse uma intensa movimentação política, fosse de grupos já tradicionais, ou mesmo de setores politicamente inexpressivos, além daqueles em busca de uma primeira atividade política. A relação dos pretendentes ao Planalto foi extensa, no total de vinte e duas candidaturas.⁵ Dentro desse universo, constavam algumas referências históricas da direita brasileira, como Paulo Salim Maluf (Partido Democrático Social) e Ronaldo Caiado (Partido Social Democrático e também então líder da União Democrática Ruralista).

Contudo a eleição foi polarizada entre a candidatura

⁵ Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (PRN, PSC, PTR, PST), Luiz Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol (PT, PSB, PCdoB), Leonel Brizola e Fernando Lyra (PDT), Mário Cova e Almir Gabriel (PSDB), Paulo Salim Maluf e Bonifácio José Tamm de Andrada (PDS), Guilherme Afif Domingos e Aluísio Pimenta (PL, PDC), Ulysses Guimarães e Waldir Pires (PMDB), Roberto Freire e Sérgio Arouca (PCB), Aureliano Chaves e Cláudio Lembo (PFL), Ronaldo Caiado e Camilo Calazans Magalhães (PSD, PDN), Affonso Camargo Neto e Luís Gonzaga de Paiva Muniz (PTB), Enéas Ferreira Carneiro e Lenine Madeira de Souza (Prona), José Alcides Marronzinho de Oliveira e Reinau Valim (PSP), Paulo Gontijo e Luís Paulino (PP), Zamir José Teixeira e William Pereira da Silva (PCN), Lívia Maria e Ardwin Retto Grunewal (PN), Eudes Oliveira Mattar e Daniel Lazzeroni Júnior (PLP), Fernando Gabeira e Maurício Lobo Abreu (PV), Celso Brant e José Natan Emídio (PMN), Antônio dos Santos Pedreira e José Fortunato da França (PPB), Manoel de Oliveira Horta e Jorge Coelho de Sá (PDCdoB), Armando Corrêa da Silva e Agostinha Linhares de Souza (PMB).

de Fernando Collor de Mello, pautado em uma retórica modernizadora de direita, com promessas em tons moralizantes de combate à corrupção (ou da “caça aos marajás”) e à ineficiência do Estado; e a candidatura de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva.

A candidatura de Leonel Brizola teve também papel relevante na corrida eleitoral, rivalizando em disputa dos votos de parcela da esquerda junto a *Frente Brasil Popular*, de Lula. Além disso, a corrida eleitoral teve a pitoresca participação especial de Sílvio Santos, apresentador e proprietário de emissora de televisão, que viria a ocupar a vaga de Armando Corrêa da Silva, do *Partido Municipalista Brasileiro* (fato não concretizado em razão de disputas na Justiça Eleitoral).

Entre os partidos diminutos, alguns deles traziam siglas que teoricamente enfatizavam algum viés nacionalista de esquerda ou de direita, como o PMN – *Partido da Mobilização Nacional*, PN – *Partido Nacionalista*, além, claro, do próprio Prona.

A partir do momento em que o Prona surge (ou se cria), bradando, aos gritos, na campanha eleitoral, e enfaticamente, em seu manifesto partidário, de forma efetivamente autoritária, que a salvação nacional haveria de passar pela reedificação da ordem nacional, a atenção daqueles dispostos à direita radical e extremista haveriam de passar, gradualmente, os olhos ao Prona. No entanto, esse processo viria a ser construído futuramente, sobretudo nos desencadeamentos eleitorais de 1994 e 1998.

No momento em específico de 1989, existiu provavelmente, a pequena vitória de Enéas Carneiro, Lenine Madeira, e demais membros fundadores (e entusiastas) do Prona. Em seu processo de fundação e em seus primeiros momentos eleitorais, o Prona não ensaiou qualquer aproximação ou referência explícita a experiências partidárias

ou a quaisquer organismos ou organizações políticas precedentes (fossem elas inclusive de orientação neofascista ou afins), embora tenha marcado posição como um partido de direita radical, por meio de seus valores, discursos e estratégias políticas.

Ainda assim, a direita brasileira, fragmentada, esquecida, em processo de “esquizofrenia política”, não queria se lembrar (de) quem era. As organizações de extrema-direita brasileira, neofascistas ou não, não ensaiaram qualquer procedimento de aproximação ideológica, política, ou inspirativa com o Prona, talvez pela absoluta falta de tempo hábil. Foram, afinal, curtos três meses entre a fundação da sigla e as eleições de 1989

O Prona poderia ser tomado como uma espécie de salvação da direita nacional, mas também como o perigo do retorno ao autoritarismo. No entanto, isso só se daria após o período embrionário do partido (o ano de 1989), e se apresentaria de forma diferente no próximo capítulo eleitoral, a disputa ao Planalto em 1994, quando o Prona viria a apresentar seu primeiro plano de governo.

De qualquer maneira, o Prona conseguiu construir a base de seu discurso político utilizando o panorama da “direita envergonhada”, atrelado sobretudo à tese do *ineditismo* político, fortalecendo o aspecto *outsider* da legenda, de sua liderança e de um partido não-partido, mas uma alternativa da direita radical nos primeiros momentos da chamada Nova República no Brasil.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CALDEIRA NETO, Odilon. O Neointegralismo e a questão da organização partidária. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 6, Nº18, 2011.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Nosso nome é Enéas!”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIDDENS, Anthony. *Para além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence & BELLAMY, Richard (orgs.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

MADEIRA, Rafael Machado & DA SILVA, Gabriela Tarouco. A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar?. *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires, 2010.

MINKENBERG, Michael. The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-Modernity. *Government and Opposition*. v. 35, n. 2, p. 170-188, Abril, 2000.

MUDDE, Cas. The paradox of the anti-party party: Insights from the Extreme Right. *Party Politics*, v. 2, n. 2, 1996, pp. 265-276.

O'DONNELL, Gabriel. “Transitions, Continuities, and Paradoxes”. In: MAINWARING, S., O'DONNELL, G. & VALENZUELA, J.S. *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspectives*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992, p. 17-56.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POWER, Timothy J. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, vol. 23, no. 45, Rio de Janeiro, Jan./Jun, 2010.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado brasileiro: A Identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo C de. A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Recebido: 22/08/2016

Aprovado: 30/10/2016